

ACTA N.º 15

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 23-02-08**

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e oito, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **João Aires Moreira Mora Leitão**, secretariado pelos senhores **Rui Pedro Dias Gonçalves** e **Fernando José Guia Barbosa**, primeiro e segundo secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: ----

Em representação do Partido Social Democrata, os senhores: -----

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, Rui Vitor Pires Bragança, João Carlos Rosa Pedro, Mário João Reis Mourão Laranjeiro, Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo e Paulo Jorge Martins Beirante. -----

Em representação do Partido Socialista, os senhores: -----

António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro e Carlos Alberto Pato das Neves. -----

Em representação do Bloco de Esquerda, os senhores: -----

Carlos Manuel Godinho Matias, Carla Sofia Roma de Oliveira e Luís Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da Coligação Democrática Unitária, os senhores: -----

Mário Eugénio Filipe Duarte e José Luís Fernandes. -----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, o senhor: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, a senhora: -----

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Estiveram presentes pela Câmara Municipal, o senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, senhores, Luís Filipe Mesquita Boavida, João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Maria João Gil dos Santos Grácio, Ezequiel Soares Estrada, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia e Henrique dos Reis Leal. -----

O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram dez horas e quinze minutos, começando por dar posse aos elementos convocados para substituírem os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, que substituiu o deputado Sérgio Manuel Carrondo Amaro, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a **Mário João Reis Mourão Laranjeiro**, que substituiu o deputado Sérgio Miguel Gil Nunes, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a **José Luís Fernandes**, que substituiu o deputado António Silvino da Costa Ferreira, da Coligação Democrática Unitária. -----

Após o respectivo juramento por parte dos novos membros, o **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções de que, para constar, se lavraram actas avulsas. -

De seguida, foi colocada à discussão e posterior votação a acta número catorze da Assembleia Municipal. -----

ACTA NÚMERO CATORZE: -----

Pediu a palavra **Carlos Matias**: Há pequenas alterações ortográficas que depois enviarei à Assembleia. -----

Na página três, sexto parágrafo, “estará” há aqui um erro ortográfico ou de concordância, admito que o tenha dito como expressão oral, mas está mal. Mais abaixo, diz: “... há partidos que nascem e há partidos que reduzem a sua especialidade”. Evidentemente que eu não posso garantir que tenha dito isto e se disse, não faz qualquer sentido e será portanto um lapso de língua, embora eu esteja convencido que não foi isto que eu disse. Portanto, eu pedia que voltassem a ouvir a gravação e corrigido de modo a que conste na acta a expressão que penso que terei dito, não “a sua especialidade”, mas sim “a sua dimensão”. -----

Pediu a palavra **José Luís**: “Na página número vinte, não foi subscrita a nossa declaração sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Solicitamos que a nossa declaração escrita seja subscrita. -----

Na página trinta, no penúltimo parágrafo, diz: “... este valor deveria ser aparcado” e deve ser corrigido para “... aplicado”. -----

Na página trinta e sete, também no penúltimo parágrafo, onde diz: “... cada vez vai sempre por mais...” deve ler-se “... cada vez é mais utilizado”. -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a acta número catorze à votação. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO CATORZE: -----

A acta número catorze foi **aprovada por maioria**, com **dezoito votos a favor**, sendo oito votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, dois voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, **cinco abstenções**, por não se encontrarem presentes na referida sessão, sendo, duas do Partido Social Democrata, uma do Bloco de Esquerda, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

Entrou-se de seguida no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O **Bloco de Esquerda** apresentou uma proposta de saudação que se transcreve na íntegra: -----

PROPOSTA DE SAUDAÇÃO -----

«As conclusões da última reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, que teve lugar em 31 de Janeiro último, revelam um alargado conjunto de preocupações em relação à revisão da Lei Eleitoral Autárquica, um processo ainda em curso. -----

O Conselho Geral da ANMP considera que a Lei Eleitoral actualmente em vigor se tem “revelado, no essencial, perfeitamente adequada ao funcionamento dos órgãos das autarquias locais”, permitindo “salvaguardar o princípio da proporcionalidade, sem criação de maiorias artificiais, garantindo a representação de forças políticas não vencedoras no executivo municipal, sem colocar em causa a governabilidade dos municípios”. -----

O Conselho Geral da ANMP salienta ainda que “as alterações preconizadas no Projecto de Lei n.º 431/X não são as que melhor se conformam com o princípio democrático, com a criação de melhores e efectivas condições de governabilidade, eficiência e responsabilização dos governos locais.” A este propósito sublinha que “são introduzidas distorções ao princípio da proporcionalidade”, “cria instabilidade” e, finalmente, menoriza “os presidentes de junta de freguesia enquanto membros das assembleias municipais”. -----

O sentido das preocupações do Conselho Geral da ANMP não pode deixar de ser genericamente partilhado por todos os que preconizam um sistema democrático assente nos

princípios da proporcionalidade, da transparência democrática e da participação – princípios que devem nortear qualquer aperfeiçoamento do sistema eleitoral e de representação. ----- Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento, saúda as conclusões da última Reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses e associa-se à sua “discordância em relação ao Projecto de Lei 431/X”.» -----

Carlos Matias fez um pequeno comentário para contextualizar a apresentação da proposta: “Acho que não haverá muito a dizer, pois o que está aqui escrito é bastante claro. -----

Desde o início deste ano, as Leis Eleitorais Autárquicas (como se sabe e penso que todos terão acompanhado; ainda esta manhã houve mais desenvolvimentos sobre este assunto) têm suscitado uma grande controvérsia que atravessa e envolve todos os partidos de uma forma bastante transversal e alargada. -----

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, ou mais precisamente o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, na reunião de trinta e um de Janeiro, veio dar um contributo muito importante para este debate e aprovou um extenso documento, de nove páginas, analisando de uma forma bastante detalhada o Projecto de Lei 431/X sobre a Lei Eleitoral para as autarquias locais e que, pensamos, terá feito reflectir, de uma forma mais aprofundada, muitas pessoas que vêm acompanhando este processo. -----

Trata-se realmente de um documento muito importante que analisa a Lei em múltiplas vertentes e não numa só. Não se limita, por exemplo, só a analisar o papel dos Presidentes de Junta nas Assembleias Municipais, mas analisa o Projecto de Lei em múltiplas vertentes e adianta algumas sugestões para a sua melhoria na especialidade. -----

É um documento com o qual nós nos identificamos, não na totalidade, mas genericamente e, portanto, o que propomos é que saudemos esse contributo que, aliás, ainda ontem foi considerado por um jornal de referência, como um contributo decisivo para o debate que existe. Portanto, que saudemos esse contributo e o essencial dessas conclusões, pois é o essencial dessas conclusões que, muito sinteticamente, estão vertidas na nossa proposta de saudação. -----

Todas as bancadas receberam o Projecto de Lei. Ele foi distribuído na reunião da Comissão Permanente e, ainda que o não fosse, tem sido um assunto suficientemente divulgado e colocado na opinião pública e que portanto, certamente os senhores deputados e deputadas municipais, como pessoas atentas, terão vindo a acompanhar e estarão, penso eu, em condições de poder votar esta proposta.” -----

Solicitou a palavra **Ferreira Marques**: “De facto, nós não sabemos ainda o que é que vai acontecer em relação à legislação que irá suportar os processos eleitorais. Contudo, sendo coerentes connosco, porque desde a primeira hora que defendemos a proposta do Governo, não vamos alterar a nossa posição, até porque não sabemos, para já, o que é que vem aí. -----

Ainda estão a haver discussões, debates e, enquanto não soubermos se há propostas mais favoráveis e que sejam consensuais, a nossa posição vai manter-se. -----

Genericamente não concordamos com este documento e, por isso, não o vamos votar favoravelmente.” -----

De seguida, pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Nós, Coligação Democrática Unitária, independentemente do que vem por aí, vamos aprovar este documento sem qualquer reserva. ---

E aprovamos sem qualquer reserva, porque ele é um documento que se limita a sintetizar as conclusões da última reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, com as quais nos congratulamos e, traduz também a posição que a CDU sempre tem tido sobre esta matéria. -----

Gostaríamos também de realçar o termo “saudação”, porque de facto nos parece que foi feliz. Por outro lado, votamos sem qualquer reserva, porque desejamos que esta saudação contribua decisivamente para que este Projecto de Lei, na especialidade, sofra alterações. E sofra alterações porque, também nesta saudação que aqui está, há dois aspectos fundamentais para nós, que é o facto da Lei Eleitoral, actualmente em vigor, ter-se relevado, no essencial,

perfeitamente adequada ao funcionamento dos órgãos das autarquias locais, e isto, é uma conclusão da reunião do Conselho Geral da Associação de Municípios. Depois, porque achamos que o Projecto de Lei introduz distorções ao princípio de proporcionalidade que todos nós conhecemos e que este documento aqui realça. -----

Não me vou alongar mais, pois este documento já foi suficientemente explicado. -----

Só gostaria de voltar a dizer que, sem qualquer tipo de reserva, a Coligação Democrática Unitária vai aprovar este documento.” -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Relativamente a este documento, como é óbvio, não podemos, nem queremos, votar esta saudação em sentido inverso àquilo que fizemos na reunião anterior. -----

Na reunião anterior, fomos confrontados com um documento que votámos, porque o Partido Social Democrata entende que, efectivamente, esta Lei pode ser uma mais valia para o futuro dos municípios portugueses. E portanto, nos termos de um acordo que neste momento está a ter alguma conturbação em termos de situação a definir, mas sabendo nós que a Lei foi votada na generalidade, e portanto há aqui um processo a decidir, não podemos de forma nenhuma concordar com esta saudação. Portanto, não podemos vota-la.” -----

Solicitou a palavra **Teresa Martins**: “Na sequência do que foi dito pelo Partido Social Democrata, eu, enquanto Presidente da Freguesia de São João Baptista, vou manter a votação que tive também na última reunião.” -----

Ninguém mais pretendendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a proposta de saudação apresentada pelo Bloco de Esquerda, à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SAUDAÇÃO: -----

A proposta de saudação apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **rejeitada**, com **dezassete votos contra**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima; cinco votos a favor, sendo três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e, uma abstenção da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

O **Partido Social Democrata** apresentou a proposta de deliberação que a seguir se transcreve: -----

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO -----

*«A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida no dia 23 de Fevereiro de 2008, reconhece que **Celso Francisco Lopes de Carvalho Marques**, enquanto Comandante da Esquadra Policial do Entroncamento, desde 1996, desempenhou de forma profissional as suas funções, dando mostra de grandes qualidades técnicas e profissionais. -----
Dirigiu a Esquadra do Entroncamento, de modo eficiente, ao longo de todos esses anos, com dinamismo nas acções de comando, particularmente no que se refere à Segurança dos Cidadãos. -----*

Nestes termos, merece ser distinguido publicamente pela sua acção.» -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “A título pessoal, elaborei uma proposta de louvor que gostaria que ficasse lavrada em acta e fosse cedida ao senhor Subcomissário. -----

PROPOSTA DE LOUVOR: -----

*«Por cessar funções como comandante da Esquadra da PSP do Entroncamento, após 12 anos de comando, proponho um voto de louvor ao Sr. Subcomissário **CELSO FRANCISCO LOPES DE CARVALHO MARQUES**, nos termos infra expostos. -----*

Proponho ainda que tal louvor seja remetido ao Exmo. Sr. Comandante do Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Santarém, para efeito de ser tornado público através da Ordem de Serviço do respectivo Comando -----

*Por ao longo de doze (12) anos que comanda a Esquadra Policial de Entroncamento e no momento em que se dá a passagem de testemunho para um novo comandante, por me parecer de elementar justiça, louvo o Subcomissário **CELSO FRANCISCO LOPES CARVALHO** -----*

*MARQUES pelo elevado contributo que tem vindo a dar à causa da segurança preocupando-se sempre em criar uma boa imagem da Corporação junto da população que serve. -----
O Subcomissário Celso Marques, em todas as situações, tem sabido, de forma empenhada, esclarecida, dialogante, serena e sensata, levar a bom termo a sua nobre e complexa missão, conquistando o respeito e a consideração de todas as forças vivas da cidade. -----
Colocado no comando da Esquadra em 1996, desde cedo revelou óptimas qualidades de chefia, tendo sempre como lema o dever e a responsabilidade da missão, a disciplina, a imparcialidade, a honestidade e a lealdade, conseguindo, deste modo, criar um verdadeiro espírito de corpo e consciência nos seus homens, factores fundamentais para que a missão fosse desempenhada com total rigor e eficácia, aliás, como sempre foi seu apanágio. -----
Elemento ávido de se cultivar, tanto a nível profissional como cultural, atento aos novos desígnios da criminalidade e sem nunca descuidar os superiores interesses da população que, tão corajosa e afincadamente serve, o Subcomissário demonstrou inexcelável zelo e espírito de missão, profícua e louvável acção, de que muito têm beneficiado os cidadãos da cidade, que, deste modo, vêem garantidos valores tão importantes como são a sua segurança, tranquilidade e bem-estar. -----
Usando, sempre, de uma louvável atitude de permanente prontidão e disponibilidade e evidenciando, em todas as circunstâncias, um inexcelável sentido de dever e de um elevado profissionalismo no desempenho das suas missões, constituiu-se, de maneira eficaz e incontornável, o garante da segurança, da tranquilidade e bem-estar da população que, tão dedicadamente serviu e que, muitas vezes nele buscava esclarecimento acerca das mais diversas matérias relacionadas com o serviço policial. -----
Por todas as qualidades apontadas, aliadas ao bom relacionamento e à sua camaradagem, os inestimáveis e distintos serviços prestados à causa da segurança pública, justificam pois, que, no momento em que o Subcomissário Celso Marques deixa a cidade do Entroncamento, para abraçar um novo desafio na sua já longa carreira profissional, lhe seja conferido reconhecimento e testemunho público devendo ser apontado como um exemplo a seguir, devendo os serviços por si prestados ser considerados relevantes e muito distintos.» -----*

Continuou no uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “São duas maneiras de interpretar a forma como foi o relacionamento do Subcomissário Celso enquanto esteve aqui no Entroncamento e a forma como desempenhou as suas funções.” -----

Pediu a palavra **Célia Agostinho**: “A bancada do Partido Socialista congratula-se, neste caso, com a proposta de deliberação apresentada pelo Partido Social Democrata e também com a proposta de louvor apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia. -----

Também é nossa opinião, e minha em particular enquanto alguém que está mais ligada à justiça e também à parte “negra” da cidade, concordar que o trabalho desempenhado pelo senhor Subcomissário foi um bom trabalho. -----

Desejamos-lhe realmente que continue esse trabalho na cidade de Abrantes, para onde vai, e, já agora, aproveitamos também esta oportunidade para, enquanto bancada do Partido Socialista, nos colocar ao dispor do novo Subcomissário que vem para a cidade, para, em conjunto com ele, trabalharmos pela segurança da nossa cidade.” -----

Pediu a palavra **Teresa Martins**: “Vão ser votadas as duas propostas?” -----

Esclareceu o **Presidente da Assembleia**: “Em princípio, tentaríamos fazer a junção das duas propostas, para se encontrar uma forma de transformar estas duas propostas numa só. Uma proposta de louvor mais simples que a minha e talvez mais completa do que a do Partido Social Democrata e ceder, para os fins convenientes, o teor da proposta que daqui sair.” -----

Atendendo a que todos concordaram com a sugestão dada pelo Presidente da Assembleia, o documento foi colocado à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO: -----

Após escrutínio da votação secreta, a proposta de deliberação apresentada pelo Partido Social Democrata, foi **aprovada por maioria**, obtendo **vinte e dois votos favoráveis** e um voto em branco. -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Só um pequeno comentário, que eu quis faze-lo há pouco, mas já estava o Murcela com a urna na mão e não quis estar a perturbar, mas achava, até pelo facto da votação ter sido a que foi e uma vez que as duas propostas vão ser fundidas (e percebi que o doutor vai fazer isso com a doutora Isilda), que fosse vista pelos elementos da Comissão Permanente na próxima reunião, para termos conhecimento do que seguiu e como seguiu.” -----

O **Presidente da Assembleia** respondeu que a maneira correcta de desenvolver este assunto é numa reunião da Comissão Permanente. -----

Pediu a palavra **Carlos Matias**: “Duas referências muito breves: -----

Em primeiro lugar, uma notícia que tive há muito pouco tempo e que queria registar com desagrado. Segundo parece (e porque não tive acesso a um documento, mas vou tê-lo, penso eu), irá ser encerrado o chamado infantário da CP no final deste ano lectivo. -----

Evidentemente que é um equipamento de uma entidade privada e estará no seu direito, e falamos só de direito, de o encerrar ou de o manter aberto. Mas de qualquer forma é menos um equipamento social para a cidade. Um equipamento que presta um serviço a funcionários dos caminhos-de-ferro e que irá ser encerrado. A cidade fica mais pobre e naturalmente a rede pública será mais sobrecarregada. -----

Portanto, queria deixar esta nota de preocupação e de desagrado em relação ao futuro encerramento do infantário da CP. -----

Em segundo lugar, queria informar, e trata-se só disso, de uma informação, uma vez que a Câmara Municipal rejeitou a proposta do Bloco de Esquerda de se dirigir à senhora Ministra da Saúde no sentido de serem colocados mais médicos no Centro de Saúde, aproveitando a oportunidade da senhora ter tomado posse muito recentemente, para pressionar no sentido da resolução de um problema local, informar a Assembleia que (evidentemente sem a força política que teria e deveria ter tido uma aprovação da Câmara Municipal), o Bloco de Esquerda tomou a iniciativa de se dirigir directamente à senhora Ministra da Saúde, com uma carta aberta que irá ser divulgada durante a próxima semana, solicitando a colocação de mais médicos no Centro de Saúde. -----

Uma nota adicional é que, segundo informações que nós temos, os últimos números oficiais que existem relativamente a utentes sem médico de família, que eram cerca de quatro mil na última contagem, já terão sido largamente ultrapassados. E, os números que eu ouvi e que não conseguimos confirmar, porque a senhora directora não acedeu a um encontro com o Bloco de Esquerda, argumentando que existe um processo de reorganização dos Centros de Saúde não considerava oportuno esse encontro. Portanto, vimo-nos privados da informação fidedigna a que pensamos que temos direito. Mas, apesar disso, os números que conseguimos recolher apontam para números substancialmente superiores e que não andarão longe dos seis mil utentes sem médico de família. -----

Evidentemente que este é um número que indicamos com algumas reservas, mas que, seguramente, serão muito mais do que os quatro mil que a última contagem oficial apontava. ---

Seja como for, sejam quatro mil, cinco mil, seis mil ou até mais, o que é facto é que há milhares de pessoas sem médico de família na nossa cidade. O problema, provavelmente, até se poderá agravar, e muito, no curto/médio prazo, com a eventual aposentação de um ou outro médico. -----

E, nesse sentido, não o tendo feito a Câmara, iremos nós faze-lo e colocar o problema a senhora Ministra da saúde.” -----

Solicitou a palavra **José Luís**: “Na sessão anterior, levantei aqui o problema dos bancos do parque de recreio da escola número um, que estavam com as tábuas deterioradas. Já

repararam dois dos bancos junto ao portão, mas os restantes ficaram por reparar! E, curiosamente, são aqueles onde os miúdos mais brincam. Solicito ao senhor Presidente que tome as devidas providências para fazer a reparação dos outros bancos. -----

No jardim da Zona Verde, gastou-se muito dinheiro na reparação e requalificação do jardim, mas, neste momento, este começa a estar com alguma deterioração em certos aspectos que deviam ser corrigidos. -----

Gasta-se tanto dinheiro e depois deixa-se novamente degradar. A continuar assim, vai acontecer o mesmo que aconteceu antes da requalificação, em que eu já chamava “a quinta abandonada”. -----

Por exemplo, as caleiras de drenagem das águas sem as tampas; os bancos sem encostos e com as barras de ferro e os parafusos lá metidos que é um perigo para as crianças; buracos na calçada. E é um jardim onde brincam tantas centenas de crianças, algumas que ainda mal sabem andar e, aquelas autênticas ratoeiras, são um perigo para as crianças. -----

Ainda na Zona Verde, há uma árvore que, desde o chão até cima e em toda a sua volta, tem espinhos enormes! É de lamentar que ninguém tenha visto esta situação, este perigo para as crianças que lá brincam. Portanto, peço também ao senhor Presidente que corrija esta situação perigosa. -----

O acesso às piscinas, que é uma distância tão curta, merecia estar pavimentado desde a rotunda até às piscinas. Não sei se aquilo está inserido nos arranjos exteriores da piscina, mas gostava de ser informado. -----

Na rua Padre Martinho Mourão, existe um edifício com dois números de polícia na mesma porta do edifício. E, curiosamente, um dos números é igual ao da vivenda do lado oposto, o que tem causado graves problemas às pessoas na questão da correspondência. -----

Em relação à nova ETAR, nada se tem falado. Nós temos uma ETAR que funciona em péssimas condições, uma estação elevatória que não tem capacidade de resposta, em que a maior parte das águas vão pelo escape direito à ribeira da Ponte da Pedra. Já que na informação do senhor Presidente também não diz nada sobre este assunto, eu gostava que o senhor Presidente nos informasse se há alguma coisa de novo neste sentido. -----

Pedi a palavra **Isilda Aguincha**: “Não querendo alongar muito este ponto da ordem de trabalhos, gostava de fazer referência a que já tiveram início as obras do novo lar da Misericórdia do Entroncamento. E, ao referir isto, congratular-me com esse facto e assinalar que, esta obra pode acontecer pela cedência do terreno por parte do município à Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento. -----

É um bem que vai servir a população do Entroncamento e, nesse sentido, para além de dar boa nota desta situação, esperar que a curto prazo tenhamos mais este lar ao serviço daqueles que mais necessitam de apoio, as famílias, os idosos. -----

Por outro lado, e saindo um pouco do nosso concelho, parece-me que é de assinalar a deliberação do Tribunal de Contas relativa ao empréstimo da câmara de Lisboa. -----

Todos nós, como autarcas, perguntámos a determinado momento, porque é que Lisboa é diferente de todos os outros concelhos do país? De facto é a capital nacional; de facto é um concelho grande, mas, porque é que Lisboa terá que ter um tratamento diferente? -----

Por exemplo, aqui Torres Novas, que está a ver as suas transferências do Orçamento Central reduzidas, porque ultrapassou o endividamento. Porque é que Lisboa terá que ter um tratamento diferenciado em relação a Torres Novas? Ou ao Entroncamento, que felizmente não passou por essa situação. Que felizmente tem tido a capacidade de limitar a sua dívida e, portanto, não incumpriu, não se sujeitou a ver penalizada a sua conta corrente com o Governo Central. Mas a questão é, porque é que Lisboa teria direitos que nós não temos? -----

Portanto, dar boa nota e congratular-me com o facto do Tribunal de Contas ter agido como deveria agir para um qualquer município deste país. A Lei é igual para todos e, se é igual para todos, é igual também para Lisboa.” -----

Pedi a palavra **Ferreira Marques**: “Sobre a matéria que a doutora Isilda explanou, nós poderíamos dizer muita coisa, mas não nos vamos alongar, porque muita da desgraça que acontece em Lisboa, é culpa do Partido Social Democrata. Da má gestão do Partido Social Democrata. -----

Sabemos disso, o Partido Social Democrata também sabe disso. As tricas, as trocas e baldrocas, os maus investimentos. Cada buraco que o doutor Santana Lopes tapava, era um “outdoor” na Praça do Areeiro, na Praça central da cidade, etc. Portanto, houve para ali um esbanjamento de dinheiros. Só pedidos de projectos caríssimos, arquitectos americanos, como se em Portugal não houvesse arquitectos de referência. Houve um esbanjar que nem vale a pena perder tempo com isso. -----

Por conseguinte, o Partido Social Democrata deveria de estar satisfeito com estes empréstimos, pois era uma forma de lavar o rosto que hoje está cheio de maquilhagem, indelevelmente colado. Vai ser uma imagem que os há-de perseguir durante longo tempo. -----

Queríamos no entanto, em relação ao Entroncamento, pedir alguns esclarecimentos ao executivo camarário, que passo a ler: -----

Pedido de Esclarecimento: -----

«O Partido Socialista tem acompanhado de perto a execução da obra de adaptação de parcela do edifício do “Banco”, com vista à instalação de serviços camarários. -----

Supostamente a execução deste empreendimento deveria rondar uma meia dúzia de meses mas, o que constatamos é que tal não aconteceu, sendo que o que se verifica é que se arrasta penosamente há vários anos. -----

O Partido Socialista com o sentido de responsabilidade que o caracteriza, na defesa da “coisa” pública, tem seguido este penoso “calvário”, tendo insistentemente denunciado publicamente e, particularmente nesta Assembleia, a irresponsabilidade que o executivo camarário tem demonstrado na resolução deste gravíssimo problema. -----

Na verdade, estão em causa dinheiros públicos que devem, em todas as circunstâncias, ser geridos e aplicadas com parcimónia, rigor e responsabilidade. O que, neste caso, parece não ter acontecido. Todos os indícios parecem indicar a existência de uma má gestão da “coisa pública”, salvo opinião em contrário, devidamente fundamentada por escrito a ser apresentada a esta Assembleia pelo executivo camarário. -----

Em conformidade, o Partido Socialista solicita que, no prazo de 15 dias, lhe seja fornecido todo o processo com cópia dos documentos que suportam todos os actos técnicos e financeiros, desde o acto da aquisição da parcela do edifício até ao presente.» -----

Pedido de Esclarecimento: -----

- Após denotados esforços que o Partido Socialista vem desenvolvendo, nomeadamente no seio desta Assembleia, no sentido de ser prestada justa homenagem ao povo ferroviário, através da edificação de um monumento, eis que, finalmente foi divulgado o projecto a instalar no largo frente à Estação da CP. Na circunstância rejubilámos com o facto pois, pensámos então, que seria desta que, finalmente, veríamos erguido o tão almejado tributo às gentes que foram o lastro da edificação desta cidade. -----

Decorrido um longo período desde então, não vislumbramos quaisquer indícios que a efectiva realização de tal projecto esteja em marcha. -----

Tendo em conta que o Partido Socialista reputa de relevante interesse social, a realização de tão importante empreendimento, solicitamos ao executivo camarário que nos informe por escrito, no prazo de 15 dias, das acções já empreendidas com vista à realização do referido monumento.» -----

Pedido de Esclarecimento: -----

«A bancada do PS solicita a V.^a Exa. Que diligencie junto do Executivo lhe seja prestada informação sobre: -----

1. Gastos em comunicações móveis em 2007 discriminada por mês relativamente a todas as operadoras com quem a CME tem contrato. -----

2. *Lhe seja feito, decorrido um ano sobre a anterior informação, o ponto da situação sobre a certificação em qualidade de alguns dos serviços nomeadamente o de urbanismo. -----*
3. *Lhe seja feito, decorrido um ano sobre a anterior informação, o ponto da situação sobre o regresso do Ensino Superior ao Entroncamento. -----*
4. *O PS segue com muita preocupação a contínua diminuição da largura da faixa de rodagem da Rua Dr. Sá Carneiro via estruturante e que a gestão do PS na CME tinha deixado com dimensões adequadas. Depois da construção de uma ciclovia caríssima, mal delineada e de muito baixa utilização regista-se um novo estrangulamento pelo que solicitamos saber, para além do mais, se toda a tramitação legal foi respeitada.» -----*

Foi passada a palavra a **Pato das Neves** que leu os seguintes pedidos de esclarecimento: -----

Pedido de Esclarecimento: -----

«Há cerca de um ano o Gabinete da Presidência da CME difundiu, profusamente, à custa dos munícipes, uma nota intitulada “É MENTIRA” em que, conforme lá está escrito, eram desmentidos boatos com objectivos sombrios e preocupantes sobre a vinda de várias famílias de etnia cigana para o nosso concelho. -----

Dado que o Sr. Presidente entregou, de acordo com a nota atrás referida, o assunto à Polícia Judiciária para investigação, solicitamos: -----

1. *Ser informados dos resultados da investigação -----*
2. *Solicitar cópia da queixa apresentada à P.J.» -----*

Solicitou a palavra **Mário Eugénio**: “Há pouco, na intervenção da doutora Isilda, eu não percebi a primeira parte, quando ela se referia ao lar de idosos. Peço desculpa, mas eu estava desconcentrado e gostava de a ouvir, se não se importar de repetir.” -----

Foi dada a palavra a **Isilda Aguincha**: “Foi assinado formalmente, no dia dezanove de Fevereiro, a cedência de terreno à Misericórdia do Entroncamento, para a construção de um novo lar de terceira idade. Esse projecto já está em curso e de facto é uma mais valia para a população do Entroncamento. E, pretendia no caso, dar nota disso e congratular-me com o início dos trabalhos. -----

Já agora, eu gostava, respondendo ao senhor engenheiro Ferreira Marques, de dizer que pelo menos o Santana tapou buracos. Teve de tapar os dele e também os do doutor João Soares, os do doutor Jorge Sampaio e outros que mais. Portanto, não nos acusem e não me venham dizer que nós gastámos, apenas nós, Partido Social Democrata, na Câmara de Lisboa, porque aquele “elefante” que está na Câmara de Lisboa, é resultado de uma história de muitos anos e em que o governo da Câmara de Lisboa, também foi de outros Partidos, nomeadamente do Partido Socialista.” -----

De seguida, interveio **Ferreira Marques**: “Eu só queria lembrar que o senhor doutor Santana Lopes, deixou na Figueira um passivo de seis milhões de contos! O senhor Duarte Silva que lá está, não é capaz, se quer, de mandar podar uma árvore, porque não tem dinheiro! De lá para cá, nunca mais houve obras, nunca mais houve nada. -----

Não vale a penas estarmos aqui a debater isto, porque de misérias já está o país cheio e não vale a pena falar mais de misérias.” -----

Interveio de seguida **Isilda Aguincha**: “De facto, não era uma questão de misérias, era mesmo uma questão de processo, de regras e de todos os municípios serem sujeitos, por Lei e por tratamento, do Estado e das entidades que supostamente devem ser independentes, ao mesmo tipo de tratamento. E era disso que eu queria dar nota e considerar uma nota positiva.” –

Ferreira Marques solicitou a palavra: “O que eu quero dizer, para sintetizar e acabar o assunto por aqui, é que não deve ser tratado por igual o que não é igual. A forma como a doutora se refere, parece que isto é tudo para tratar por igual e as coisas não são assim. Há diversidade e ainda bem que há diversidade, porque diversidade é riqueza. Por consequência, os tratamentos dos problemas e das doenças são de acordo com a tipologia de cada uma.” -----

Pediu a palavra **José Luís**: “Em relação ao lar da Santa Casa da Misericórdia, este é um assunto que já se arrasta há muitos anos. Eu acompanhei o processo e se tudo se desenrolar como estava previsto no princípio, penso que o Entroncamento não vai beneficiar muito com isso, inclusivamente os idosos que lá estão. Porque se fosse para fazer um outro novo lar, tudo bem, agora para fazerem um novo lar junto à A23, os idosos deixam de estar no céu para passarem a estar no inferno (como eu escrevi num artigo nessa altura). O lar junto à A23 vai ser certamente um inferno com o barulho. -----

Parece um benefício grande o que a Santa Casa vai fazer, mas o que vai ser do Lar de Idosos actual? E dos terrenos existentes?” -----

Carlos Matias solicitou a palavra: “Como o senhor deputado Ferreira Marques reconheceu que há “tanta miséria neste país” (expressão dele), eu solicitava que ele intercedesse junto do Governo do Partido Socialista, que já lá está há uns bons anitos, para pelo menos ir resolvendo algumas das misérias deste país! Porque o que a gente sabe, é que de facto a miséria tem-se agudizado e as desigualdades sociais nunca foram tão grandes. -----

Portanto, penso que o deputado Ferreira Marques será a pessoa indicada para canalizar a opinião, que com tanta convicção aqui expressou, para o Governo do partido dele.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Irei fazer exactamente como o senhor deputado solicitou. Irei empenhar os meus esforços, embora não tenham grande força, mas farei, dentro da dimensão que eu tiver. -----

Contudo, quero também lembrar que o problema da economia do país não tem nada a ver com o Partido Socialista! Os governos não fazem empresas! Isto tem a ver claramente com o problema do tecido empresarial português! Em Portugal não há empresários. E as que há, não têm sentido de “*empreendedorismo*”! Produzem para o dia imediato, não têm um sentido futuro, nem um sentido social. Portanto, isto é um processo que se arrasta do antigamente, em que havia um proteccionismo económico em Portugal e não houve desenvolvimento, nem investimento em sectores estratégicos, e temos a situação que temos. -----

A formação profissional em Portugal foi o que foi, destruiu-se o ensino técnico ou profissional, não se arranjou substituição e isso é da responsabilidade transversal de todos os partidos. Mas de todos. Não há ninguém aqui que venha “tirar as mãos do lume”. Ninguém teve a coragem de pôr em acção novas práticas, de salvar o que poderia ainda ser salvo e, foi de facto, graças ao Partido Socialista que se arrancou com novos projectos, novos processos de requalificação das pessoas. Está em marcha, toda a gente reconhece que é um caso de êxito e, portanto, não vale a pena estar a falar de coisas que não têm qualquer fundamento. -----

De facto, o Partido Socialista foi o único que teve coragem de agarrar de caras o processo da formação e qualificação dos cidadãos e, conseqüentemente, só teríamos de dar louvor a esta acção do Partido Socialista e não dizer que algumas das misérias que existem no país são decorrentes da má governação do Partido Socialista. Não senhora! São decorrentes de más apostas de governos que têm precedido este governo.” -----

Esgotado o tempo para o período de antes da ordem do dia, o **Presidente da Assembleia** passou ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não havendo ninguém do público que quisesse intervir, o **Presidente da Assembleia** entrou nos assuntos da Ordem de Trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS – TAXAS DE UTILIZAÇÃO DA HIDROBYKES” -----

Foi dada a palavra a **Isilda Aguincha**: “Penso que este documento visa apenas consignar um serviço e regulá-lo e portanto, é uma pequena alteração para esse fim. -----

O Partido Social Democrata não tem nada a opor.” -----

Foi dada a palavra a **Ferreira Marques**: “Nós estamos de acordo e vamos votar este documento favoravelmente.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número um da Ordem de Trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um da Ordem de trabalhos foi **aprovado por unanimidade** com **vinte e três votos**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DAS ACTIVIDADES DO MUNICÍPIO” –

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Entendemos que o período que mediou, entre a última Assembleia e esta, é tão curto que, ao fazermos uma média destas iniciativas, não tirámos nenhuma conclusão com consistência. -----

Consequentemente, reservamo-nos para futuras análises em que haja um período maior para podermos tecer considerações técnicas que nos aprouverem nas circunstâncias.” -----

Solicitou a palavra **José Luís**: “Necessitávamos de algumas informações em relação ao documento em análise: -----

- A requalificação do separador central do Largo das Vaginhas foi modificado ainda há pouco tempo. Gostava que o senhor Presidente informasse o que é que vai ser feito. -----

- A requalificação do Parque Infantil da Praça Salgueiro Maia, também foi uma coisa inaugurada há pouco tempo e já está aqui a requalificação? -----

- Em relação ao troço de ligação da rua José Saramago à rua Dom Afonso Henriques, até que enfim que isso vai ser realmente feito. -----

- Em relação à remodelação do edifício da Biblioteca, deve ser o mais urgente possível, porque causa alguns problemas às pessoas e deve ser rapidamente feita. -----

- A empreitada do prolongamento da rua da Companhia Divisionária de Manutenção de Material, tem sido um mau negócio para a Câmara e parece que aquela rua é um poço sem fundo. Nós achamos que deviam ser os donos do terreno a fazer as infraestruturas e os arruamentos e não a Câmara. Mas a Câmara meteu-se nesta questão e agora é um poço sem fundo em gastos. -----

- Vemos também aqui uma quantidade de alterações em alvarás de loteamentos. Peço ao senhor Presidente que nos informe, se puder, se estas alterações são para beneficiar os loteamentos ou para os prejudicar. -----

- Em relação às futuras instalações do DAUOP, que são as alterações ao edifício Millennium, nós temos muitas reservas e eu, pessoalmente, nunca estive de acordo com aquele negócio. -----

Verificámos que a Câmara deliberou accionar as garantias bancárias, mas o senhor Presidente não deu aqui qualquer informação de como estão os assuntos a ser resolvidos. É que aquilo tem tantas irregularidades, que é de estranhar como é que, numa alteração daquelas, existam todas estas deficiências que estão citadas na acta. Gostava de saber um pouco mais sobre esta questão. -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da Câmara para que este prestasse alguns esclarecimentos aqui solicitados. -----

O **Presidente da Câmara** esclareceu: Vou tentar esclarecer aqui duas ou três coisas mais ou menos rápidas, pois as questões do senhor José Luís foram tão exaustivas que não as apanhei todas, mas, noutra altura, quando ele quiser, vem à Câmara e eu explico-lhe essas coisas, pois são coisas de gestão corrente e nem têm força para virem a uma Assembleia. -----

Aos pedidos feitos pelo Partido Socialista, eu darei a resposta por escrito, como solicitado, logo que possível e em tempo oportuno. -----

Quero assumir abertamente aqui, neste local novamente, que é mentira. O Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento não realojou nenhum cigano vindo de outra terra. Portanto, quero reafirmar o que fiz no comunicado na altura, com os meios de que disponho, os meios ao meu alcance enquanto Presidente da Câmara deste município. -----

Queria também falar aqui de um assunto que diverge totalmente do Partido Socialista. O Partido Socialista entende, e eu tenho sentido isso na pele desde que o governo do Partido Socialista entrou em funções, que as câmaras devem ser geridas dentro da sua tipologia. Como os apartamentos, um T0; um T1; um T2. Os grandes têm benefícios, os pequenos não têm nada. Esta tipologia não me diz nada, não tem nada a ver connosco e, muito sinceramente, quero dizer-lhe que tenho sentido isso na pele, como o senhor defende, como o Partido Socialista tem feito até agora e que a bancada do Partido Socialista defende. -----

Eu acho e sempre defendi, que deve haver aqui uma postura imparcial e tratar as câmaras todas de igual modo. -----

Eu há dias ouvi o meu colega da Câmara de Lisboa, uma tipologia muito maior que a do Entroncamento, ser confrontado – «...então, mas o senhor é que é o pai da Lei das Finanças Locais e agora quer-lhe dar a volta? E ele dizia, pois, isto é assim, é como os filhos, eles nascem, depois emancipam-se e a gente perde-lhes o controlo.» Ele fez uma Lei e de facto, perdeu o controle para poder neste momento fazer o que entendia na Câmara de Lisboa. -----

Mas pronto, eu acho que o Governo deve tratar todas as Câmaras de igual modo. -----

Em relação à estrada de acesso às piscinas, o projecto esteve em exposição nas festas da cidade, no pavilhão que se intitulava “Pensar o Futuro”. Portanto, vai ser contemplada na empreitada que a Câmara Municipal lançou. Portanto, isso está devidamente contemplado. -----

O Lar Fernando Eiró não tem nada a ver com a A23! Isso era na altura em que o senhor estava cá, mas não tem nada a ver com isso. O novo Lar Fernando Eiró não está a ser feito junto à A23, de maneira alguma. Está a ser feito num outro ponto da cidade e a Câmara, quando cedeu o terreno, foi noutro ponto da cidade, porque entendíamos nós, já enquanto oposição há uns anos, que não devia ser dado um terreno junto à A23. Nós defendíamos que não devia ser e mal seria se nós agora, em incongruência, fossemos dar o terreno junto à A23. -----

Portanto, não é junto à A23, mas sim junto à estrada da Barroca e junto ao loteamento da MOTOVIRO. -----

Em relação à rua José Saramago, que era daqueles loteamentos que a estrada era aprovada até haver terreno das pessoas e depois não se pensava no fim, o senhor sabe perfeitamente como é que foi aprovado esse loteamento. -----

Cheguei a acordo com os donos do terreno a expropriar. Não vai ser expropriado, eles chegaram a acordo aqui comigo. Portanto, foi negociado e aguardo que a família confirme por escrito, para a Câmara, que está de acordo com os valores estudados e analisados em termos de expropriação. E, quando esse documento vier, a Câmara Municipal do Entroncamento irá comprar o terreno e irá contemplar, quanto possível, mais um troço de estrada e vai a Câmara Municipal substituir-se aos loteadores do passado. O senhor conhece perfeitamente, é do seu tempo esse loteamento da ZUE7. -----

Em relação à remodelação do edifício da Biblioteca, também nós estamos preocupados para que seja rápido, mas criámos uma série de condições, que acho não são nada más e, logo que possível, entraremos em obras na Biblioteca. -----

Em relação às alterações dos loteamentos, é mesmo para benefício dos loteamentos. É proposto pelos munícipes, é proposto pelas pessoas que compraram o seu terreno para fazer a sua vivenda e, portanto, não foi proposto pelos tais empresários que fizeram o loteamento. E, se qualquer pessoa entender que não está bem feito, isto vai sempre a inquérito público, pode contestar. Mas quero dizer-lhe que, até à data, desde que estamos nesta Câmara, não houve

nenhuma alteração, a loteamento algum, que fosse contestado por algum munícipe enquanto está em inquérito público. -----

Em relação às obras do Departamento de Obras, eu acho que o que está na acta não são irregularidades, mas coisas que não estão bem feitas. O que é totalmente diferente. E há que mandar pôr bem para que possamos fazer a recepção dessa obra. -----

Na rua Companhia Divisionária, ao contrário do que ficou aqui no ar, de que a Câmara tem feito um mau negócio, quero dizer que a Câmara só está a fazer uma pequena parte, porque exigimos, Câmara Municipal do Entroncamento, que os loteadores fizessem as obras. A Câmara agora está a fazer a parte que lhe compete, dos terrenos que lá tinha de um loteamento, que a Câmara Municipal fez. A Câmara Municipal está a fazer a parte que diz respeito aos seus lotes, o resto foi feito pelos particulares e pelos loteadores. -----

Em relação à ETAR, devo dizer-lhe que estou plenamente a favor da nova Lei Autárquica. Assumo isso abertamente. Sou um dos defensores dela, porque já estive em minoria, já sofri na pele o que é estar numa minoria. E o Entroncamento teve aqui danos irreparáveis. O caso da ETAR, um dano irreparável, do qual também votaram contra. -----

Mas quero dizer-lhe que isso não está na informação, porque chegou no dia vinte de Fevereiro o seguinte documento: «*Considerando que se encontra em curso o processo administrativo conducente à integração do município do Entroncamento do sistema multi-municipal de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais de Raia Zêzere e Nabão, informa-se V. Ex.^a que, por determinação do Conselho de Administração das Águas do Centro, foi deliberado proceder ao lançamento dos concursos para elaboração dos projectos de execução das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.*» Portanto, não vem na informação, nem os meus pares sabiam disto, porque recebi isto no dia vinte de Fevereiro. -----

Penso que, e vai ser feito um estudo de impacto ambiental e pedir autorização à CCDRLVT para que seja feita no concelho de Vila Nova da Barquinha a ETAR, conforme está previsto.” -----

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão quando eram onze horas e vinte e cinco minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. ---

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário:

Elaborada pela funcionária ao serviço da Assembleia Municipal:
Ana Paula Rosão – Assistente Administrativa Principal